RESOLUÇÃO GPGJ nº 2.429, DE 16 DE AGOSTO DE 2021.

Regulamenta o acordo de não persecução penal no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 28-A do Código de Processo Penal.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que cada unidade do Ministério Público deve regulamentar internamente o acordo de não persecução penal, de modo a atender às exigências da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, fixando parâmetros que assegurem a observância do princípio da unidade no âmbito da atuação funcional;

CONSIDERANDO que, durante o período de mais de 12 (doze) meses de vigência da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 20, de 23 de janeiro de 2020, que regulamentou o acordo de não persecução penal no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foram identificados, junto aos órgãos de execução com atribuição em matéria criminal, pontos passíveis de revisão normativa, de modo a tornar a disciplina interna do acordo mais célere, eficiente e desburocratizada;

CONSIDERANDO os entendimentos alcançados a partir das discussões com a classe e das reuniões de trabalho para a revisão da regulamentação do acordo de não persecução penal, realizadas com ampla participação dos Centros de Apoio Operacional e dos órgãos de execução com atribuição em matéria criminal;

CONSIDERANDO, por fim, o que consta no Procedimento SEI nº 20.22.0001.0031425.2020-09,

RESOLVE

Art. 1º - As tratativas preliminares e as normas procedimentais internas, afetas à celebração do acordo de não persecução penal no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, observarão o disposto nesta Resolução.

Art. 2º - Ao receber o inquérito policial, o auto de prisão em flagrante ou outro procedimento investigatório, bem como quaisquer peças de informação, não sendo caso de arquivamento, o membro do Ministério Público verificará se estão presentes os requisitos objetivos e subjetivos para a proposição do acordo de não persecução penal previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal, com a redação determinada pela Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

Art. 3º - São requisitos objetivos para a proposição do acordo:

I - ter o investigado confessado formal, completa e circunstanciadamente a prática da infração penal;

II - não ter sido a infração penal praticada com violência ou grave ameaça;

III - ser inferior a 4 (quatro) anos a pena mínima cominada à infração penal, considerando-se, para tanto, a incidência das causas de aumento e de diminuição aplicáveis ao caso concreto, bem como o somatório das penas mínimas nos casos de concursos de crimes;

IV - não se tratar de infração penal que admita a transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais;

V - não se tratar de crime que se inclua no âmbito da violência doméstica ou familiar, ou praticado contra mulher, em razão da condição de sexo feminino.

Parágrafo único - A confissão formal da prática da infração penal deve ter sido realizada durante a investigação, nos autos do procedimento investigatório respectivo perante a Autoridade Policial, perante o Ministério Público ou em outro momento em que se admita a celebração do acordo.

Art. 4º - São requisitos subjetivos para a proposta do acordo:

I - não ser o investigado reincidente ou não existirem contra ele elementos probatórios que indiquem conduta criminosa habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas;

II - não ter sido o agente beneficiado, nos 5 (cinco) anos anteriores à prática da infração penal, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.

Art. 5º - Presentes os requisitos para a celebração do acordo de não persecução penal, o membro oficiante determinará a notificação do investigado, preferencialmente pela via eletrônica, para comparecer ao Ministério Público em dia e horário fixados, caso tenha interesse na celebração do acordo.

§1º - O membro oficiante poderá encaminhar, com a notificação, minuta com os termos e condições do acordo, fixando prazo para manifestação de concordância.

§2º - Deverá constar expressamente da notificação:

I - a necessidade de que o investigado esteja assistido ou se faça acompanhar por advogado ou defensor público;

II - que o seu não comparecimento ou a ausência de manifestação no prazo estabelecido importará na rejeição do acordo.

§3º - Aceito o acordo, que também será firmado pelo investigado e seu advogado ou defensor, o membro do Ministério Público deverá remetê-lo ao juízo competente, com requerimento de realização da audiência de homologação, para a qual terá atribuição o Promotor de Justiça que atua perante o respectivo juízo.

§4º - Na proposição do acordo, o membro do Ministério Público poderá sugerir ao Juízo da Execução a entidade a ser beneficiada, nas hipóteses dos incisos III e IV do art. 28-A do Código de Processo Penal.

§5º - Homologado o acordo, o membro celebrante extrairá dos autos os arquivos necessários à instrução da execução e os encaminhará:

I - na comarca da capital, ao Promotor de Justiça, com atribuição para a execução e fiscalização perante a Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA), que promoverá o necessário cadastramento no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU);

II - nas comarcas do interior, ao Promotor de Justiça com atribuição junto ao juízo vinculado à Central de Penas e Medidas Alternativas – CPMA, que promoverá a sua execução e fiscalização.

§6º - Os órgãos do Ministério Público deverão zelar pela efetiva promoção dos direitos das vítimas, notadamente:

I - informando-as dos seus direitos, inclusive sobre a reparação do dano causado pela infração, salvo impossibilidade.

II - requerendo a intimação da vítima para ciência da homologação e eventual descumprimento do acordo de não persecução penal.

§7º - As tratativas do acordo de não persecução penal, bem como sua efetiva celebração ocorrerão preferencialmente nas sedes dos respectivos órgãos de execução celebrantes.

§8º - O Promotor de Justiça celebrante poderá estabelecer fluxo virtual para a celebração do acordo de não persecução penal.

Art. 6º - O termo de acordo de não persecução penal conterá:

I - a qualificação do investigado, devendo constar o endereço, número de telefone e plataforma de comunicação por mensagem ou e-mail;

II - a descrição do fato e sua adequação típica;

III - as condições do acordo e o prazo de cumprimento;

IV - a obrigação de o investigado informar, prontamente, qualquer alteração de endereço, número de telefone ou e-mail;

V - a obrigação de o investigado comprovar, mensalmente, o cumprimento das condições ajustadas, independentemente de notificação ou aviso prévio;

VI - as consequências para o descumprimento das condições ajustadas.

Art. 7º - No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o que deve ocorrer sempre de forma fundamentada em elementos concretos, a denúncia deve ser oferecida e o investigado poderá requerer, no prazo da resposta prevista no art. 396-A do Código de Processo Penal, a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, na forma do art. 28 do mesmo diploma normativo.

Parágrafo único - O Procurador-Geral de Justiça, recebidos os autos, poderá:

I - propor o acordo ou designar membro do Ministério Público para fazê-lo;

II - manter a recusa e encaminhar os autos ao órgão de origem para prosseguimento.

Art. 8º - Nas hipóteses dos §§ 5º e 8º do art. 28-A, do Código de Processo Penal, o membro do Ministério Público celebrante poderá:

I - reformular a proposta de acordo, com a concordância do investigado e de seu advogado ou defensor público, submetendo-a novamente à homologação judicial;

II - manter a proposta inicial, interpondo o recurso previsto no art. 581, XXV, do Código de Processo Penal;

III - desistir do acordo de não persecução penal.

Art. 9º - Descumprida qualquer das condições estipuladas no acordo homologado, o órgão do Ministério Público com atribuição perante o Juízo da Execução Penal requererá a intimação judicial do investigado para apresentar justificativa no prazo a ser fixado.

§1º - O Promotor de Justiça da Execução Penal deve requerer:

I - o prosseguimento da execução, se concordar com a justificativa apresentada;

II - a intimação judicial e a manifestação do órgão do *Parquet* celebrante, para adoção das providências pertinentes, se discordar da justificativa apresentada.

§2º - Se o investigado, regularmente intimado, deixar de apresentar justificativa no prazo regulamentar, será promovida a rescisão do acordo.

§3º - Decretada a rescisão do acordo, o órgão de execução celebrante oferecerá denúncia.

§4º - Nos casos do art. 13, II, desta Resolução, o procedimento a ser adotado na hipótese de descumprimento do acordo será objeto de regulamentação própria.

Art. 10 - O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o não oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo.

Art. 11 - Cumprido integralmente o acordo, o membro do Ministério Público deverá requerer a decretação da extinção da punibilidade.

Art. 12 - Enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo, a prescrição ficará suspensa, nos termos do art. 116, IV, do Código Penal.

Art. 13 - Para maior efetividade da sistemática afeta ao acordo de não persecução penal, o Procurador-Geral de Justiça poderá:

I - editar enunciados;

II - designar Promotores de Justiça para sua celebração nas centrais de audiência de custódia;

III - celebrar termos de cooperação técnica com instituições e núcleos de prática forense.

Art. 14 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 20, de 23 de janeiro de 2020.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2021.

Luciano Oliveira Mattos de Souza

Procurador-Geral de Justiça